

**PROPOSTA DE ATA N.º 22/2014 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2014.** -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e catorze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira (CDU-PCP/PEV) e onde compareceram os senhores Vereadores: Carlos Jorge Pereira, João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT). -----

----- Estiveram ainda presentes no apoio à reunião: Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, em Regime de Substituição e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior (Eng.º Civil). -----

----- Verificando-se quórum, o Sr. Presidente cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião, eram quinze horas e quinze minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos: -----

**MOVIMENTO DE FUNDOS** -----

----- Foi distribuído o Resumo Diário de Tesouraria de 27 de novembro de 2014, que apresentava um total de disponibilidades de € 110.795,15. -----

----- O Sr. Presidente informa que os pontos que constituem a **ORDEM DO DIA** da presente reunião e constantes da convocatória, são os seguintes: -----

**Ponto 1** – STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local. Resolução Aprovada pelo Comité Executivo FSESP. Para conhecimento. -----

**Ponto 2** - Município de Alpiarça - Proposta n.º 32/2014 do Vereador João Pedro Arraiolos. Proposta de Aceitação de Donativo em Géneros Alimentares que a firma SUMOL+COMPAL disponibilizou para iniciativas da Câmara Municipal. Para ratificação. -

**Ponto 3** - Município de Alpiarça – Sr. Presidente da Câmara. Parecer Prévio Vinculativo para Renovação de Contrato de Aquisição de Serviços Jurídicos na Modalidade de Avença e respetiva autorização para assumir o compromisso plurianual – Renovação de Contrato na Modalidade de Avença, celebrado com o Dr. Francisco Madeira Lopes. Para deliberação.-----

**Ponto 4** - Proposta n.º 30/2014/VJPA - Rendas em atraso - Rua Maestro Virgílio Fortunato Wenceslau, Bloco B, n.º 6 – Habitação Social 46 fogos. Requerente: Maria Eugénia Monteiro Ramos Freilão. Para deliberação. -----

**Ponto 5** - Proposta n.º 31/2014/VJPA - Rendas em atraso - Rua Maestro Virgílio Fortunato Wenceslau Bloco C n.º 3 – Habitação Social 46 fogos. Requerente: Filomena Maria Mendes Lourenço. Para deliberação. -----

**Ponto 6** - Proposta n.º 33/2014/VJPA - Rendas em atraso - Av.ª Casa do Povo, Bloco A n.º 6 – Habitação Social 46 fogos. Requerente: Sandra Cristina Rosa Lavareda. Para deliberação. -----

**Ponto 7** - Proposta n.º 35/2014/VJPA - Rendas em atraso - Rua Maestro Virgílio Fortunato Wenceslau, Bloco B n.º 3 – Habitação Social 46 fogos. Requerente: Mafalda Engrácia Geada Cristóvão. Para deliberação. -----

**Ponto 8** – Licença especial de Ruído, para um evento com bandas musicais ao vivo, realizado no Bar “Tem que Ser” na Rua Óscar Monteiro Torres, em Alpiarça, compreendido nos dias 21 e 22 de Novembro de 2014 , conforme deliberação tomada em reunião do dia 14 de Novembro 2014, ou seja; prolongamento do horário de funcionamento, com encerramento às 3h, às 6ª feiras e sábados, não havendo música a partir das 2h. Requerente: Maria de Fátima Rodrigues. Para ratificação. -----

**Ponto 9** – Município de Alpiarça – Sr. Presidente da Câmara. Autorização da Contratação de um empréstimo de curto prazo para o ano de 2015 em modalidade de conta corrente até ao montante de 200.000,00€. Remeter à Assembleia Municipal. Para deliberação. -----

----- **ATAS** -----

----- O Sr. Presidente informou que hoje tinham para apreciar e votar a revogação da deliberação tomada na reunião de câmara do dia 31 de outubro de 2014, sobre a redação da ata n.º 10/2014, referente à reunião de câmara do dia 23/05/2014 e ainda a redação da ata n.º 13/2014, referente à reunião de câmara do dia 11/07/2014. -----

----- O Sr. Presidente pôs à discussão a nova redação da ata n.º 10/2014, de

23/05/2014, conforme o seu compromisso tomado na reunião de câmara anterior, informando que a alteração é muito simples, tendo-se substituído uma vírgula por um ponto final, criando-se um novo parágrafo, para separar os assuntos, tratando-os de forma autónoma, já que se tinha chegado à conclusão que a redação de uma frase, tal como estava, induzia em erro quem a lesse e não transmitia com clareza o que se tinha passado na referida reunião. -----

----- O Sr. Vereador Francisco Cunha, começou por saudar todos os presentes, e em relação à ata opinou que a redação desta parte da mesma está correta, mas acabou por não ser transcrito o que disse o Sr. Vereador Pedro Gaspar, quando afirmou que a ata tinha sido feita a régua e a esquadro e que a gravação em vídeo, da reunião de câmara, não poderia ser usada para efeitos de prova em tribunal, mas que já a ata poderia ser. Ao que o Sr. Presidente pediu aos senhores vereadores que sugerissem essa alteração. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar concordou com o que foi dito pelo Sr. Vereador Francisco Cunha e que a redação da ata deveria ser alterada, tendo o Sr. Presidente voltado a dizer que concordava com o sugerido e que bastava que dissessem como queriam que ficasse a redação. -----

----- O Sr. Vereador Francisco Cunha referiu que na página número dois, no final da intervenção do Sr. Vereador Pedro Gaspar que acaba em “numa próxima reunião.”, deve ser acrescentada a frase: “o vereador referiu ainda que esta ata foi desenhada a régua e esquadro e que a gravação vídeo não é prova em tribunal, mas a ata é”. -----

----- O Sr. Presidente concordou com a alteração sugerida e pôs a nova redação da ata à votação, tendo sido aprovada por maioria com a abstenção dos senhores vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha. -----

----- Em declaração de voto, o Sr. Vereador Francisco Cunha disse ter-se absterido, porque conforme tem vindo a dizer, ao longo do seu mandato, as atas devem ser discutidas e votadas na reunião seguinte, estando esta ata de vinte e três de maio a ser aprovada agora, mais de seis meses depois, o que é completamente ilegal e como tal não quis votar para não participar nessa ilegalidade. -----

----- O Sr. Presidente em declaração de voto disse “os factos valem por si, demonstram à evidência que esta gestão é perfeitamente aberta e transparente, pela primeira vez na história de um órgão municipal em Alpiarça, desde o início do presente mandato que se disponibilizam integralmente as gravações vídeo das reuniões de câmara. A minha total abertura para, na sequência de solicitação dos senhores vereadores e de um munícipe, que interveio no período do público, eu trouxe para alteração, porque justa, uma ata já anteriormente aprovada, o resultado desta votação de hoje demonstra que esta abertura e esta boa vontade não é correspondida pela ação dos senhores vereadores, que inclusivamente foram quem solicitou essa alteração”. -----

----- O Sr. Presidente pôs à discussão a redação da ata n.º 13/2014, de 11/07/2014. -

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar fez apenas um pequeno reparo à página quatro, dizendo que no ponto dois da sua intervenção devia constar que “Pretendeu saber se já existe certificação de segurança da Casa dos Patudos e também no que diz respeito ao sistema de segurança do W.C. para deficientes”. -----

----- O Sr. Presidente aceitou a sugestão e não se tendo registado outras alterações, pôs a redação da presente ata à votação tendo sido aprovada por maioria com abstenção do Sr. Vereador Francisco Cunha. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar em declaração de voto disse “alterei hoje o meu sentido de voto, em relação a esta ata, em consideração por aquilo que tem sido o esforço dos serviços da câmara em recuperar este atraso, sendo certo, que ao votar a favor, posso estar a incorrer na mesma ilegalidade da maioria do Executivo, no entanto como sinal político de apreço por quem faz um esforço enorme para ter estas atas em dia. A partir de hoje, iniciarei o meu processo de voto a favor das atas, se este ritmo se mantiver e se recuperarmos o atraso dentro do tempo previsto, tendo-me abtido anteriormente para manter um registo de coerência, com a minha abstenção, quando a ata veio cá pela primeira vez.” -----

----- O Sr. Vereador Francisco Cunha em declaração de voto disse que fazia suas as palavras proferidas pelo Sr. Presidente na reunião de câmara de 11-07-2014, quando

disse que “Relativamente à questão do atraso das atas que foi colocada aqui pelos senhores vereadores, tem razão de ser, e reconheceu que nas próximas reuniões de câmara terão de se aprovar as atas em falta” e acrescentou ainda “por uma questão de coerência não irei aprovar as atas enquanto elas não estivessem a chegar dentro do tempo que a Lei exige”. -----

----- Votada a ata, o Sr. Presidente deu início ao período seguinte. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

----- O Sr. Presidente deu início a este período, dizendo que antes de dar a palavra aos senhores vereadores tinha alguma documentação para lhes fornecer, uma prendia-se com uma deliberação do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que está em completa e inequívoca discordância com o Orçamento de Estado para 2015 e a outra era uma informação técnica sobre o funcionamento do bar que existe na sede do PCP em Alpiarça, a provar que o bar está como sempre esteve, em conformidade com as regras. -----

----- O Sr. Vereador Francisco Cunha disse que era descabido o modo como o Sr. Presidente fez a entrega e apresentação desta deliberação do Conselho Geral da ANMP, porque assim Sr. Presidente fez o seu comício porque já tinha conhecimento do documento e os vereadores como estão no desconhecimento, ou pedem a interrupção dos trabalhos para estudarem o documento e poderem intervir sobre o mesmo, ou então limitam-se a ouvir, opinando que o Sr. Presidente devia ter enviado a documentação com mais antecedência, ao que o Sr. Presidente contrapôs de imediato dizendo que descabida era a intervenção do Sr. Vereador Francisco Cunha, porque aquele era um documento público, foi divulgado pela comunicação social, estava disponível online, que o estava a trazer para conhecimento em consideração pelos senhores vereadores e que o Sr. Vereador Francisco Cunha em qualquer momento podia opinar sobre o mesmo, dado que se refere ao OGE para 2015. -----

----- Dada a palavra ao Sr. Vereador Carlos Pereira, o mesmo começou por cumprimentar todos os presentes, acrescentando que o Sr. Vereador Pedro Gaspar afirmou aqui na última reunião de câmara e referindo-se aos cavalos do Sorraia que

estão na nossa Reserva, que era lamentável que uma espécie protegida como esta, não esteja a ser bem cuidada, e que os cavalos tinham falta de escovagem, maus tratos e que estavam mal nutridos. No entender do Sr. Vereador Carlos Pereira e de quem lá passa pela Reserva do Cavalo do Sorraia, nada disto corresponde à verdade, é um atentado à dignidade profissional de quem lá trabalha, está a difamar esta Reserva e está a prestar um mau serviço a Alpiarça e a quem por cá passa. Explicou depois detalhadamente como era feita a alimentação dos cavalos, a limpeza das boxes, a limpeza e escovagem dos cavalos. Depois mostrou fotografias de todos os cavalos e explicou que um dos dois cavalos que pareciam mal nutridos, estava a recuperar de uma situação de ter sido ganhão de época e o outro de ter sido afetado pela febre da carraça. Depois referiu que receberam a visita do SEPNA e neste momento estão a aguardar pelo desenrolar da situação, acrescentando que quem o conhece a esse enquanto Vereador e aos seus colaboradores na Reserva, têm feito de tudo para melhorar o espaço e nunca em tempo algum qualquer cavalo foi mal tratado ou mal nutrido, embora por vezes e por motivos alheios os cavalos possam aparecer com arranhões ou pequenas feridas. -----

----- Dada a palavra ao Sr. Vereador Pedro Gaspar, o mesmo começou por cumprimentar todos os presentes e informou que teria de se retirar por volta das 17h30 para efeitos de assistência à família, deixando ao Sr. Presidente a faculdade de tomar as providências que achar necessárias. Depois referiu que há uma Lei e um Regimento que aponta para o envio da documentação das reuniões de câmara com dois dias úteis de antecedência, coisa que não tem acontecido, geralmente os serviços enviam a documentação com menos de 48 horas de antecedência e esta questão já se passou no país. Disse que há uma decisão do Tribunal Central Administrativo do Norte, que já criou jurisprudência, e que se pronunciou em 2009 sobre o assunto e é perfeitamente claro que quando as reuniões são às 6.as feiras, a documentação deve ser remetida na 3.ª feira até ao final do dia. Deu cópia desta decisão do Tribunal ao Sr. Presidente para que os serviços jurídicos da câmara tomem conhecimento e se pronunciem sobre o mesmo. Interpelou o Sr. Presidente sobre a revisão de um

regulamento de atribuição de bolsas de estudo que devia ter sido enviado à assembleia municipal de setembro e que foi uma promessa que o Sr. Presidente deixou cair. Depois questionou o ponto de situação do edifício que está construído na Praça dos Paços do Município, que estaria para ser cedido à associação ARPICA, porque segundo o Sr. Presidente não poderia ser arrendado a particulares. Trouxe uma impressão do site da câmara municipal de Salvaterra, que é muito similar ao nosso, mas que tem diferenças no que diz respeito ao separador Autarquia, onde os vereadores da oposição têm um espaço em que cada um deles pode pronunciar-se e emitir as suas opiniões, coisa que a oposição há muito vem pedindo em Alpiarça, em relação a um espaço de opinião no Boletim Municipal. Disse que fica o registo e que já sabe de antemão que o Sr. Presidente vai dizer que não concorda. Pediu esclarecimentos sobre os custos com a iluminação de natal. Também pediu esclarecimentos, em relação à castanhada levada a efeito por comerciantes no mercado municipal, que teria como finalidade ajudar nas obras de recuperação da cobertura do mercado, sendo certo que será sempre a câmara a responsável por qualquer obra que se leve a efeito no local. Finalizou a sua intervenção falando sobre o que se passou com os cavalos que estão na Reserva do Cavalo do Sorraia, afirmando que o Vereador do PS fez aquilo que qualquer político tem que fazer e que fique muito claro que o Vereador do PS não fez qualquer denúncia, nem ao SEPNA nem à Associação Animal, disse que o que trouxe à reunião de câmara foi uma denúncia de 24 de Outubro que um munícipe fez ao SEPNA, que é um email com 20 MB que ele reenviou para a câmara, mas que foi rejeitado pelo servidor e que trás hoje impresso para entregar ao Executivo. Relembrou que o Sr. Presidente na altura até ficou muito admirado e prometeu que ia diligenciar para saber o que se passava e diligenciou. Relembrou que está aqui para dar voz aos munícipes, que trouxe aqui a preocupação de um munícipe sobre os cavalos, que foram feitas fotografias em mais do que uma ocasião, acrescentou que não é perito em cavalos, mas que também não admite que o Sr. Vice-Presidente o trate como cavalgada, porque nunca houve a intenção de denegrir ninguém e disse que não aceita que cada vez que há um problema se varra o lixo para debaixo da mesa, como fizeram com a

morte dos peixes na Barragem, que apenas se resolveu porque vieram as chuvas e o problema acalmou, mas que para o ano o problema estará aí de novo. O Sr. Vereador Pedro Gaspar teceu ainda mais uma série de considerações, afirmando que se sente ofendido, que o Sr. Vice-Presidente lhe chamou mentiroso e o difamou num órgão de comunicação social e pediu que lhe digam claramente onde é que mentiu. E como se sente ofendido na sua honra, bom nome e dignidade, pelo funcionário da autarquia, Pedro Oliveira, que no mesmo jornal considerou que o Sr. Vereador do PS é pessoa de má-fé e que politicamente era muito baixo, pediu ao Sr. Presidente que diga muito claramente se autorizou e valida estas declarações que o funcionário Pedro Oliveira prestou ao jornal ou que procedimentos é que existem para que um funcionário possa tecer este tipo de considerações sobre um titular de um órgão político, porque é inaceitável ser classificado publicamente desta forma num órgão de comunicação social e pediu ainda que o Sr. Presidente diga claramente como vai agir em relação ao comportamento do funcionário. -----

----- Dada a palavra ao Sr. Vereador Francisco Cunha, este iniciou por dizer que em relação à problemática dos cavalos do Sorraia, a única coisa que pode dizer é que confia totalmente nos funcionários da autarquia que tratam dos cavalos. Disse também que ficou bastante admirado e lamenta que a câmara esteja com dificuldades em pagar faturas a rondar os cem euros, relacionadas com despesas efetuadas nas tasquinhas durante o Festival do Melão que se realizou em finais do mês de Julho, e que só irá pagar no próximo ano, quando a autarquia está a pagar a fornecedores no prazo de trinta, a sessenta dias. Continuando a sua alocução o Sr. Vereador Francisco Cunha disse que queria falar um pouco e fazer a sua reflexão do que se tem passado ao longo destes meses, opinando que neste momento está criada uma fábrica de mentiras, que atua no anonimato e principalmente na blogosfera, com denúncias, afirmações, comentários enormes e tudo no anonimato. Disse que iria começar por afirmações produzidas pelo Sr. Presidente numa ação de formação do seu partido, em que acusa a oposição de chafurdar e de provocar, alegando que normalmente quando se chafurda é porque há algo onde se está que não é grande coisa e é neste momento o piso onde



a maioria no Executivo os coloca. Em relação à provocação considerou que provocação é chamar “lixo político que caiu em Alpiarça”, provocação é chamar “trauliteiro” a um Vereador, provocação é mandar um Vereador para o “c...”, provocação é chamar “vigaristas e ladrões” aos vereadores, provocação é dizer “não lhe dê conversa”. Frisou que o Vereador Francisco Cunha até hoje nunca faltou ao respeito a nenhum Vereador, nem a nenhum munícipe, que podem não gostar da sua forma de atuar, do seu estilo, considerando isso legítimo. Acrescentou que enquanto Vereador de vinte por cento da população que votou nele, tem a obrigação e o dever de defender a população e que é só para isso que trabalha. Disse ainda que o que se tenta passar às pessoas é que a oposição não faz nada, não trabalha, não apresenta propostas e tenta-se ainda entrar e denegrir a vida privada das pessoas, tudo no anonimato, que ele nunca fez nem fará. Depois enumerou uma série de requerimentos e propostas e que muitos deles não obtiveram resposta, sabendo o Sr. Presidente que ao abrigo do C.P.A. os requerimentos têm dez dias para serem respondidos. Disse que já fez quatro requerimentos para que a câmara lhe dê a descrição das funções que cada funcionário executa nesta câmara municipal e não aquelas para os quais está contratado e que nunca obteve resposta. Em relação ao bar das piscinas pediu a certificação da conta corrente e informações do processo que estava em tribunal contra o concessionário e nada lhe foi fornecido. Também pediu a conta corrente com a concessionária do bar das piscinas, porque, reafirmou, a que lhe foi fornecida foi fabricada e não estava correta e continuam sem lhe dar a conta corrente correta e atualizada. Em relação às AEC's, disse que já tem barbas, que continuam sem lhe dar a informação pretendida apesar da C.A.D.A. já lhe ter dado razão e a câmara ser obrigada a fornecer essa documentação. Aqui o Sr. Presidente interrompeu e disse que já entregou a um munícipe e que a ele não lhe irá dar essa documentação, porque o Sr. Vereador Francisco Cunha é uma parte interessada e é dono ou familiar dos donos dessa empresa. O Sr. Vereador Francisco Cunha referiu que não gostava de ser interrompido, ao que o Sr. Presidente ripostou que este assunto já tinha sido abordado várias vezes em reuniões de câmara e que a resposta se mantém. O Sr. Vereador Francisco Cunha referiu que em relação às AEC's o que ele

pediu foi o relacionamento da câmara de Alpiarça com o Ministério da Educação, não tem nada a ver com as empresas, afirmando que ele ou qualquer pessoa têm todo o direito de saber isso. Em relação ao requerimento sobre o pedido de esclarecimento do Campo de Futebol do Casalinho, disse continuar à espera, dizendo que ele foi feito em 7-2-2014. Em relação ao requerimento que fez no dia 14-03-2014, para que lhe fosse entregue a listagem dos processos que a câmara tem em tribunal e de litigância jurídica, continua à espera e a câmara não lhe entrega. Foi feito um requerimento no dia 7-04-2014 com um pedido de apoio jurídico para uma ação em tribunal por ofensas que lhe teriam sido dirigidas por um munícipe dentro desta sala de reuniões, não houve resposta. Em relação à Agroalpiarça, foi-lhe fornecida parte da informação mas não lhe foram dadas cópias dos contratos de arrendamento, nem o nome dos principais devedores e credores. Falou do pedido de composição dos Legados que foi pedida no dia 13-05-2014 e que nunca mais lhe entregaram nada, nem vão entregar porque desapareceram propriedades. O Sr. Presidente contrapôs que no seu mandato não desapareceu nada e que está a pôr em causa o bom nome de todos os presidentes e vereadores que passaram por esta câmara e dos membros dos vários órgãos da fundação, desde a doação das propriedades à câmara de Alpiarça, em testamento. Em relação aos legados o Sr. Vereador Francisco Cunha afirmou que nunca acusou o Sr. Presidente ou outro presidente anterior de fazer desaparecer património. Em relação à barragem apresentou um requerimento em 31-10-2014, não obteve resposta e falou da vergonha que é o Presidente da Assembleia Municipal ter prometido que mandava gravar em vídeo as sessões da assembleia municipal e não tem força para cumprir essa promessa. Depois o Sr. Vereador Francisco Cunha citou o Artigo 53.º, n.º 1, a) da Lei 75/2013, de 12 de setembro, “A ordem do dia deve incluir os assuntos indicados pelos membros do respetivo órgão, desde que sejam da competência deste e o pedido correspondente seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data da sessão ou reunião”, e de seguida enumerou e pediu para que ficasse registado, todas as propostas apresentadas por si e que o Sr. Presidente nunca trouxe a discussão nem votação: a proposta para o parque de auto-caravanas no

Casalinho, foi apresentada em 22-11-2013 há mais de um ano; a proposta para as hortas comunitárias; a proposta de colocação de aparelhos de resistência muscular, que o Sr. Presidente alegou que era uma ideia da CDU; a proposta de incentivo à economia local e de geração de empregos; a proposta para o melhoramento e requalificação do Largo dos Águias que é uma vergonha; proposta para atribuição de um espaço para a oposição no Boletim Municipal, não se tendo desde aí publicado mais qualquer boletim, acusou o Sr. Presidente de além de não dar espaço às oposições no referido boletim, ainda por cima apaga os comentários, que ele enquanto Vereador da oposição, coloca na página do Facebook do município. A proposta do ensino do Mandarin que foi aqui aprovada, nunca mais teve andamento. A proposta de construção de um canil municipal, tendo o Sr. Presidente dito que há ou iria haver um projeto para construção de um canil intermunicipal, até hoje nada. Apresentou um projeto de incentivo à natalidade, para apoiar jovens casais, também até hoje nada. Apresentou outra proposta para o encontro de licenciados, até hoje nada. Apresentou uma proposta para os ciclo-guardas, até hoje, o Sr. Presidente anda há 7 ou 8 meses a dizer que vai falar com o Sr. Comandante Distrital, qualquer presidente de câmara marca uma reunião dessas em dez minutos. Afirmou que não adianta chamar trauliteiros, falar de provocações porque as provocações vêm de outro lado, dizendo que iria concluir com a apresentação de uma proposta, que irá para a gaveta como todas as outras. De seguida passou à leitura de uma proposta de criação de uma linha de apoio ao agricultor no âmbito do PDR 2020, Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020. Esta linha de apoio teria como objetivo o esclarecimento e apoio aos jovens agricultores que queiram agarrar esta oportunidade e ao mesmo tempo ser um elo de ligação com as várias associações de agricultores da região, que estão disponíveis para apoiar as respetivas candidaturas ao programa. É uma proposta que também iria no sentido de proporcionar o aproveitamento e requalificação de recursos humanos da autarquia que só assim deste modo se consegue. -----  
----- O Sr. Presidente passou depois a responder às questões colocadas pelos senhores vereadores, dizendo que iria tentar ser o mais objetivo possível.

Relativamente ao acórdão do Tribunal Administrativo Norte referido pelo Sr. Vereador Pedro Gaspar, o Sr. Presidente afirmou que está convencido que estão a cumprir os dois dias úteis de prazo. Relativamente ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo, o Sr. Presidente disse que neste momento a câmara de Alpiarça não tem um único técnico na área da Ação Social, que são funcionários da área da Educação que dão apoio pontual nessa área e que não é fácil alterar o Regulamento, afirmando mais uma vez que é bom não esquecer que foi com o Executivo CDU, em 2010, que se iniciou a atribuição de dez bolsas de estudo. Relativamente ao edifício que se encontra no centro da Praça do Município, disse que foi construído no projeto global de requalificação de toda esta área, foi submetido a uma candidatura, que financiou 85% do investimento e havia algumas limitações por via desse financiamento e havia algumas colisões entre o facto do edifício ter sido financiado e o município poder arrendar o local tirando dali contrapartidas financeiras, daí que a câmara tenha optado por cedê-lo a um grupo de jovens técnicos de Alpiarça, formados na área da Ação Social e que pretendiam fazer ali um Centro Comunitário, que interviesse sobretudo ao nível da população mais jovem. Essas jovens submeterem também esse projeto a financiamento da Segurança Social através da ARPICA, que se associou a essa ideia e ainda não obtiveram qualquer resposta por parte da Segurança Social. Relativamente ao site da Câmara de Salvaterra que tem um espaço para a oposição, o Sr. Presidente disse que mantinha a sua posição, e que é idêntica ao que se passa nos órgãos de soberania deste país, todos têm sites e veículos de comunicação e que falam a uma voz, e em Alpiarça não há qualquer restrição à liberdade e à plena participação democrática, seja de quem for, e os senhores vereadores têm os seus veículos pessoais e das respetivas forças políticas para divulgarem as suas ideias e posições. Naquilo que são os meios formais do município, eles são dirigidos, por quem tem essa competência que é o Sr. Presidente da Câmara. Quanto à Iluminação de Natal, todos sabemos que a situação económica é muito difícil e a posição da câmara de Alpiarça tem sido, a de manter, uma presença ou o Espírito de Natal, seja lá o que isso for, através da iluminação pública à entrada dos centros urbanos. No último ano do mandato PS

gastaram-se dezasseis mil euros e este ano o Executivo de maioria CDU vai gastar pouco mais de mil euros, o que o Sr. Presidente considerou muito barato. Em relação ao Mercado Municipal informou que não recusará qualquer parceria com privados com vista à melhoria do espaço, mas uma intervenção de fundo terá de ser sempre da responsabilidade maioritária da câmara que é a legítima proprietária do edifício e terá de ser com financiamento comunitário e é um assunto que faz parte do programa eleitoral da CDU. Em relação às declarações prestadas ao jornal “O Mirante” pelo técnico que presta serviço na Reserva do Cavalo do Sorraia, o Sr. Presidente disse que o jornal saiu ontem, que ainda não analisou as declarações, mas é natural que o funcionário se tenha sentido atingido, umas vez que as situações apontadas e as considerações feitas pelo Sr. Vereador Pedro Gaspar na reunião de câmara, apesar de pretenderem tirar dividendos políticos, acabaram por atingir quem ali trabalha, porque a questão das camas, da limpeza, da escovagem etc. etc, não são pormenores que o presidente da câmara ou os vereadores da maioria andem a ver diariamente e ao pormenor. De qualquer modo não acha razoável e terá de verificar em que termos é que as coisas foram proferidas. -----

----- Respondendo às questões colocadas pelo Sr. Vereador Francisco Cunha começou pela “fábrica de mentiras e omissões” dizendo que estas referências lhe fazem lembrar tempos de repressão e de anti-comunismo, alegando que não é mentiroso, que assume a divulgação da sua intervenção e que quando se refere a chafurdice é ao tipo de atuação que o Sr. Vereador Francisco Cunha utiliza nas reuniões de câmara, utilizando um tom provocatório, chamando mentiroso ao Sr. Presidente da Câmara, ao que o Sr. Vereador Francisco Cunha ripostou que nunca chamou mentiroso ao Sr. Presidente, mas assume que já tem insinuado que ele falta à verdade. O Sr. Presidente continuou a sua intervenção dizendo que devolve as acusações de fábrica de mentiras ao Sr. Vereador Francisco Cunha e às forças que o apoiam, que utilizam os blogues e o Facebook para a mentira, a provocação e a chafurdice, voltou a dizer, até porque o PCP sempre assumiu as suas posições e assume o que diz. Em relação às propostas, o Sr. Presidente frisou que só trará a reunião de câmara para discussão

propostas que sejam da competência deste órgão, o que não for não faz sentido trazer. Em relação a esta proposta que o Sr. Vereador Francisco Cunha apresentou hoje, afirmou que ela é extemporânea, que aparece na reunião seguinte àquela em que foi aprovado o Orçamento Municipal, que não é fundamentada, nem contém uma previsão de custos nem refere caminhos para obter verbas para o financiamento da proposta. Deu a palavra ao Sr. Vereador Carlos Pereira para falar sobre a Reserva do Cavalo do Sorraia e ao Sr. Vereador João Arraiolos para falar sobre a questão do Festival do Melão, tendo este Vereador dito que não sabe a que se refere o Sr. Vereador Francisco Cunha quando diz que há documentos por pagar referentes ao Festival do Melão e não vê qual o interesse deste assunto ser trazido a uma reunião de câmara, quando os interessados poderiam perfeitamente vir falar com a Dr.<sup>a</sup> Maria do Céu ou com ele próprio para dizerem o que pretendiam. -----

----- O Sr. Vereador Carlos Pereira em relação à Reserva do Cavalo do Sorraia, disse que não pretendia falar mais do assunto, porque quanto mais se fala mais se está a denegrir a imagem que a Reserva felizmente não tem. Afirmou que se houve conversa da tasca foi o Sr. Vereador Pedro Gaspar que a trouxe para este órgão há quinze dias atrás e se não gosta do espetáculo, foi também o Sr. Vereador em questão que o trouxe para esta reunião. O Sr. Vereador Carlos Pereira afirmou que o Sr. Vereador não pode querer sol na eira e água no nabal, afirmando que enquanto Vereador se quiser também pode descer a este nível. Quanto à cábula, disse que de facto tinha tido a ajuda de uma cábula porque não gosta de falar por dá cá aquela palha. Que o Sr. Vereador Pedro Gaspar também disse aqui que este Executivo tinha o hábito de varrer situações para debaixo do tapete, ao que o Sr. Vereador Carlos Pereira contrapôs que este assunto da barragem desde o princípio foi tratado com a maior das clarezas, assim como é esta da Reserva do Cavalo e que o Executivo em 1998 já tinha conhecimento desta situação, há documentação que o prova e esses sim, varreram a situação para debaixo do tapete. Quanto ao mandar e-mail como resposta, não o poderia fazer, porque se o Sr. Vereador expôs o assunto aqui é aqui que lhe deve ser dada a resposta. Porque se o Sr. Vereador Pedro Gaspar tivesse de facto preocupado com a situação dos

cavalos vinha junto do executivo ou pegava no telefone e expunha a situação, para saber o que se passava, não vinha expor o assunto deste modo na praça pública. Quanto ao Sr. Vereador Pedro Gaspar estar melindrado e indignado com a entrevista do funcionário, o Sr. Vereador Carlos Pereira mandou o Sr. Vereador por-se no lugar do funcionário, alegando que o funcionário se calhar só disse o que lhe ia na alma, com todas as acusações e afirmações que foram proferidas aqui, porque como disse o Sr. Presidente, não é o Executivo que vai alimentar, tirar a cama, limpar e escovar os cavalos, são os funcionários que lá trabalham e claro que quem lá trabalha sentiu-se atingido e aconselhou o Sr. Vereador Pedro Gaspar a pedir publicamente desculpas a quem dá o seu melhor pela reserva, que seria de bom tom. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar como réplica continuou a defender que a câmara de Alpiarça não cumpre os prazos legais para o envio da documentação e se os prazos já não eram cumpridos no Executivo em que o Sr. Presidente era Vereador da oposição, devia ter protestado na altura. Alegou que embora tenha sido o Executivo CDU a pagar pela primeira vez as bolsas de estudo, o regulamento foi aprovado ainda no Executivo PS, dizendo não aceitar as desculpas que o Regulamento das Bolsas de Estudo não tenha sido alterado por falta de pessoal da Ação Social e que o Sr. Presidente poderia perfeitamente ter desbloqueado mais uns quantos euros para pagar as bolsas aos poucos alunos que foram além do limite imposto pelo referido Regulamento. Quanto à questão dos Sites e dos Boletins Municipais e do espaço que as oposições devem ter nesses locais, o Sr. Vereador Pedro Gaspar não abdicou da sua posição e continua a considerar que a oposição deve ter a palavra nesses espaços. Quanto à candidatura das obras do Mercado Municipal a fundos comunitários desejou que a candidatura avance e que hajam planos de ação, ou que o Executivo gira melhor o orçamento e avance com as obras mais urgentes a expensas próprias. Em resposta à intervenção do Sr. Vereador Carlos Pereira, o Sr. Vereador Pedro Gaspar afirmou que não tem que pedir desculpas ao funcionário, e que o Sr. Vereador Carlos Pereira, deveria ter visto o vídeo e ouvir o que foi dito por ele, se tinha ou não acusado o funcionário de alguma coisa, o Vereador disse que quando abordou a questão dos cavalos da Reserva não se dirigiu ao

tratador dos cavalos mas sim ao Executivo, a quem gere a câmara. Se o tratador se sentiu ofendido é uma situação que o trabalhador tem de tratar com o Executivo e não aceita que um trabalhador da autarquia o tenha tratado publicamente num jornal como tratou e espera que o Sr. Presidente tome as providências que se devem tomar num caso desta natureza. Disse que ainda bem que os cavalos não dão entrevistas, porque amanhã quando falar dos buracos da estrada, vai ter os calceteiros da câmara a darem entrevistas aos jornais e a dizerem que os buracos são menos do que aqueles que o Vereador disse. Frisou que voltaram aqui a falar de quem é que chama mentiroso a quem nas reuniões de câmara e duma coisa tem a certeza, a ele chamaram-lhe mentiroso num jornal, está ali escrito, nem é preciso esperar por uma gravação. O funcionário disse que ele enquanto Vereador teria agido de má fé, e que faria ou usaria de baixa política e o Sr. Vice-Presidente da Câmara chamou-lhe mentiroso. Finalizou dizendo que em resposta ao facto do Sr. Vice-Presidente lhe ter chamado mentiroso, tem a educação suficiente para no mesmo tipo de registo em que decorreu aquela famosa reunião, de não mandar o Sr. Vice-Presidente para o órgão reprodutor do “Público” que é o cavalo da cobrição da Reserva do Cavalo do Sorraia e como tem essa educação esperava que lhe pedissem desculpa porque não é mentiroso e se o Sr. Vice-Presidente acha que o é, fica registado, é a opinião dele. -----

----- O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador Francisco Cunha, concedendo-lhe cinco minutos para tirar dúvidas, ao que o Vereador respondeu, como réplica, que o Sr. Presidente tinha falado mais de meia hora, mas que não tinha respondido a quase nada do que lhe perguntou, que se limitou a justificar com erros do passado, como desculpa para tudo, quando já está em maioria no Executivo há mais de cinco anos, o que já começa a indiciar incompetência. Que nunca pediu por favor espaço no Boletim Municipal, no Site da Câmara e na Página do Facebook do Município, mas sim que exige esse espaço porque é um direito que lhe está consignado na Lei, ao que o Sr. Presidente ripostou que a Lei não consagra esses espaços à oposição. O Vereador pediu para não ser interrompido e afirmou que os Boletins Municipais da câmara de Alpiarça são um órgão de comunicação do PCP e que são preparados na Silvestre Bernardo



Lima, ao que o Sr. Presidente desmentiu, dizendo que não é assim, mas também não vê onde está o problema se o fossem. Recomeçando no uso da palavra, o Sr. Vereador Francisco Cunha disse “Em relação ao Mercado Municipal, louvo a atitude das pessoas ...”. Neste momento o Sr. Presidente interrompeu o Sr. Vereador, dizendo que este período de cinco minutos era para esclarecimento de dúvidas e não era um novo período de antes da ordem do dia e cortou-lhe a palavra, dizendo que ia dar por terminado este período. O Sr. Vereador Francisco Cunha disse que estava a intervir para replicar sobre assuntos que os outros elementos do Executivo, incluindo o Sr. Presidente, tinham abordado, ao que o Sr. Presidente informou que essa réplica não podia ser uma nova intervenção, nos moldes em que o Sr. Vereador Francisco Cunha se preparava para fazer e cortou-lhe a palavra, afirmando que não estava para alimentar preconceitos anti-comunistas e deu por encerrado este período, concedendo cinco minutos de intervalo. O Sr. Vereador Pedro Gaspar informou que se iria retirar e que não participaria no resto da reunião, tal como tinha informado no início da mesma. -----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

**Ponto 1 – STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local. Resolução Aprovada pelo Comité Executivo FSESP. Para conhecimento.** -----

----- O Sr. Presidente deu conhecimento desta resolução a todo o Executivo, com a ausência do Sr. Vereador Pedro Gaspar, que se ausentou. -----

**Ponto 2 - Município de Alpiarça - Proposta n.º 32/2014 do Vereador João Pedro Arraiolos. Proposta de Aceitação de Donativo em Géneros Alimentares que a firma SUMOL+COMPAL disponibilizou para iniciativas da Câmara Municipal. Para ratificação.** -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos fez a apresentação da sua proposta. O Sr. Vereador Francisco Cunha congratulou-se por estas ofertas e apoios e agradeceu a colaboração da Compal. Posto o ponto à votação foi aprovado por unanimidade, com a ausência do Sr. Vereador Pedro Gaspar . -----

**Ponto 3 - Município de Alpiarça – Sr. Presidente da Câmara. Parecer Prévio Vinculativo para Renovação de Contrato de Aquisição de Serviços Jurídicos na Modalidade de**

**Avença e respetiva autorização para assumir o compromisso plurianual – Renovação de Contrato na Modalidade de Avença, celebrado com o Dr. Francisco Madeira Lopes.**

**Para deliberação:** -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos fez a apresentação deste ponto. O Sr. Vereador Francisco Cunha opinou que o município só justifica gastar este dinheiro com esta avença de um advogado para a câmara de Alpiarça, que custa cerca de 24.000€ + IVA, em virtude de um mesmo ser um ex-deputado da CDU e ser Vereador da CDU na câmara de Santarém. Considerou ainda que isto é aquilo a que na gíria se chama mais um “*job for the boy*”, para dar emprego a quem não foi eleito, como assim o esperava e teceu algumas considerações sobre alguns pareceres emitidos por este jurista contratado pela câmara. O Sr. Presidente considerou que o Sr. Vereador Francisco Cunha proferiu mais umas quantas calúnias e que pôs em causa a competência de um jurista, sem ter habilitações e conhecimentos que possam avaliar o trabalho deste jurista, com o qual a Câmara de Alpiarça está bastante satisfeita. Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Francisco Cunha e a ausência do Sr. Vereador Pedro Gaspar. O Sr. Vereador Francisco Cunha em declaração de voto disse que tinha votado contra porque achava um exagero o valor que se paga nesta avença, numa altura de contenção, para o volume de trabalho que o advogado tem, ou não tem.-----

**Ponto 4 - Proposta n.º 30/2014/VJPA - Rendas em atraso - Rua Maestro Virgílio Fortunato Wenceslau, Bloco B, n.º 6 – Habitação Social 46 fogos. Requerente: Maria Eugénia Monteiro Ramos Freilão. Para deliberação.** -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos fez a apresentação da sua proposta, informando que este ponto e os três seguintes dizem respeito a pedidos de pagamento em prestações de rendas em atraso. O Sr. Vereador Francisco Cunha diz que é totalmente a favor que se facilite o pagamento e que se ajude as pessoas, opinou no entanto que não se devia ter deixado arrastar estas situações até haver atrasos tão grandes e compreende que há menos funcionários, que é difícil controlar tudo, mas que ao deixar atrasar tanto as coisas, o que pode acontecer é que as pessoas entrem mesmo em

incumprimento e que depois possam ter de ser despejadas das suas casas. Disse que de forma alguma alguma iria inviabilizar esta proposta, porque está do lado da solução e não do lado do problema, mas desconhece se foram desenvolvidos os mecanismos previstos no Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão das Habitações Sociais do Município de Alpiarça, nomeadamente a abertura de processo de averiguações, no caso de incumprimento do pagamento da renda, durante três meses consecutivos. O Sr. Vereador João Arraiolos deu as necessárias explicações, afirmando que está convicto que foram cumpridos pelos serviços as várias formalidades legais. Posto o ponto à votação foi o ponto aprovado por unanimidade, com ausência do Sr. Vereador Pedro Gaspar. Em declaração de voto o Sr. Vereador Francisco Cunha disse que aprovou este ponto, porque lhe foi garantido pelo Executivo que tinham sido cumpridos todos os procedimentos legais. -----

**Ponto 5 - Proposta n.º 31/2014/VJPA - Rendas em atraso - Rua Maestro Virgílio Fortunato Wenceslau Bloco C n.º 3 – Habitação Social 46 fogos. Requerente: Filomena Maria Mendes Lourenço. Para deliberação.** -----

----- O Sr. Presidente fez a apresentação deste ponto e pô-lo de imediato à votação por não se terem registado intervenções. O ponto foi aprovado por unanimidade, com ausência do Sr. Vereador Pedro Gaspar. Em declaração de voto o Sr. Vereador Francisco Cunha disse que aprovou este ponto, porque lhe foi garantido pelo Executivo que tinham sido cumpridos todos os procedimentos legais. -----

**Ponto 6 - Proposta n.º 33/2014/VJPA - Rendas em atraso - Av.ª Casa do Povo, Bloco A n.º 6 – Habitação Social 46 fogos. Requerente: Sandra Cristina Rosa Lavareda. Para deliberação.** -----

----- O Sr. Presidente fez a apresentação deste ponto e pô-lo de imediato à votação por não se terem registado intervenções. O ponto foi aprovado por unanimidade, com ausência do Sr. Vereador Pedro Gaspar. Em declaração de voto o Sr. Vereador Francisco Cunha disse que aprovou este ponto, porque lhe foi garantido pelo Executivo que tinham sido cumpridos todos os procedimentos legais. -----

**Ponto 7 - Proposta n.º 35/2014/VJPA - Rendas em atraso - Rua Maestro Virgílio**

**Fortunato Wenceslau, Bloco B n.º 3 – Habitação Social 46 fogos. Requerente: Mafalda Engrácia Geada Cristóvão. Para deliberação.** -----

----- O Sr. Presidente fez a apresentação deste ponto e pô-lo de imediato à votação por não se terem registado intervenções. O ponto foi aprovado por unanimidade, com ausência do Sr. Vereador Pedro Gaspar. Em declaração de voto o Sr. Vereador Francisco Cunha disse que aprovou este ponto, porque lhe foi garantido pelo Executivo que tinham sido cumpridos todos os procedimentos legais. -----

**Ponto 8 – Licença especial de Ruído, para um evento com bandas musicais ao vivo, realizado no Bar “Tem que Ser” na Rua Óscar Monteiro Torres, em Alpiarça, compreendido nos dias 21 e 22 de Novembro de 2014 , conforme deliberação tomada em reunião do dia 14 de Novembro 2014, ou seja; prolongamento do horário de funcionamento, com encerramento às 3h, às 6ª feiras e sábados, não havendo música a partir das 2h. Requerente: Maria de Fátima Rodrigues. Para ratificação.** -----

----- O Sr. Presidente fez a apresentação deste ponto e pô-lo de imediato à votação por não se terem registado intervenções. O ponto foi aprovado por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Francisco Cunha e com ausência do Sr. Vereador Pedro Gaspar. Em declaração de voto o Sr. Vereador Francisco Cunha disse que por norma se abstinha nestas ratificações das licenças especiais de ruído, por entender que os requerentes deviam fazer o pedido com a devida antecedência de modo a virem às reuniões de câmara, para aprovação e não apenas para ratificação. -----

**Ponto 9 – Município de Alpiarça – Sr. Presidente da Câmara. Autorização da Contratação de um empréstimo de curto prazo para o ano de 2015 em modalidade de conta corrente até ao montante de 200.000,00€. Remeter à Assembleia Municipal. Para deliberação.** -----

----- O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador João Arraiolos que fez a apresentação da proposta, que em suma consistiu em propôr à Câmara Municipal que delibere nos termos e no disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na

alínea f) do n.º 1 do art.º 25 daquele regime jurídico: 1 – Autorize a Câmara Municipal a contrair, no ano de 2015, um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de € 200.000,00 (duzentos mil euros), em conformidade com a consulta efetuada à banca, conforme Anexo I, que é parte integrante da presente proposta, com os efeitos a partir de 1/01/2015 e com prazo máximo até 31/12/2015 e submetido ao regime financeiro das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; 2. Autorize a contratação deste financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme análise constante do Anexos I, para o montante solicitado de € 200.000,00 (duzentos mil euros), com um *spread* de 2,25% sobre a EURIBOR 6 meses, com uma "comissão de processamento" no valor de 4,00 euros por prestação e a celebração do respetivo contrato, nos termos da minuta de contrato constante do Anexo III desta Proposta. -----

O Sr. Vereador Francisco Cunha perguntou em primeiro lugar se este empréstimo é um empréstimo preventivo, para a queda de receitas, se está previsto no orçamento aprovado para 2015, se o empréstimo se vai destinar a amortização do empréstimo do PSF e se é legal, mesmo que pontualmente, fazer o aumento da dívida e perguntou se há comissão de imobilização por parte da Caixa Geral de Depósitos. O Sr. Vereador João Arraiolos, como resposta, frisou que não vai haver aumento de endividamento nem há necessidade de estar espelhado no orçamento, uma vez que é um empréstimo de tesouraria que obrigatoriamente terá de ser liquidado até final de 2015 e que não é um empréstimo preventivo para a prevenção de queda de receitas mas para a oscilação de receitas durante os meses em que não existem receitas regulares. Mais informou que as amortizações do PSF estão integralmente pagas e que elas são pagas ao dia quinze de cada mês, já estamos na fase de amortização, tendo já sido amortizados cerca de trezentos mil euros de capital até à presente data e não há comissão de imobilização por parte da Caixa Geral de Depósitos. O Sr. Vereador Francisco Cunha opinou que na sequência daquilo que já disse hoje e noutras intervenções anteriores, se poderia poupar algum dinheiro na contratação do advogado, na contratação do ROC e

devolvendo pelo menos um dos membros do GAP ao seu anterior emprego, já que não tem qualificações técnicas, talvez não houvesse necessidade de ir pagar juros ao banco, num empréstimo desta natureza. O Sr. Vereador Carlos Pereira frisou que este é o primeiro empréstimo de curto prazo que está a ser contratado desde 2009. Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade, com a ausência do Sr. Vereador Pedro Gaspar. -----

#### **PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- Havendo público na sala, foram abertas as inscrições, tendo-se inscritos os senhores munícipes Eduardo Costa e Walter Lagarto. -----

----- O Sr. Presidente começou por dar a palavra ao senhor munícipe Eduardo Costa, que usou da palavra para falar dos cavalos que estão na Reserva do Cavalo do Sorraia, afirmando que invariavelmente costuma ir almoçar aos domingos ao restaurante no local, que costuma olhar para os cavalos de longe, mas que se deslocou lá propositadamente para observar o estado de nutrição, acomodação e limpeza dos cavalos. Por aquilo que lhe foi dado observar e pelo pouco que sabe de criação de cavalos, verificou que os cavalos estão adequadamente nutridos, mas que talvez fosse bom alimentá-los em menores quantidades várias vezes aos dia para evitar cólicas. Regra geral os estábulos estavam limpos, no entanto convidou os senhores vereadores a irem verificar o estado de limpeza dos bebedouros das boxes que são metálicos. Em relação às moscas, aparentemente é um problema insanável, mas em sua opinião não é, e deu algumas sugestões para minimizar esse problema. Em relação aos cavalos que andam à solta, disse ainda ter reparado que os animais comiam a ração do chão, que na altura até estava um pouco húmido, o que não é muito aconselhável e que poderiam ser colocados comedouros, que não são tão caros como isso e perguntou ainda com que regularidade é que o veterinário da câmara vai ao local e que tipo de relatórios faz. Continuando a sua intervenção o senhor munícipe Eduardo Costa, relativamente aos documentos das AEC's disse que apenas os solicitou, mais pela curiosidade do que se tratava, do que por qualquer outra razão. Opinou que contrariamente um pouco o que o Sr. Presidente disse, e pode informar-se com o

advogado da câmara, todos os processos jurídicos são públicos, incluindo os processos-crime, quando são em segredo de justiça, tem de ser requerido pelas partes e é o juiz que diz o que está em segredo de justiça. Acrescentou que existe no CPA o Princípio da administração aberta, que diz que “Todas as pessoas têm o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, mesmo que não se encontre em curso qualquer procedimento que lhes diga diretamente respeito, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal e à intimidade das pessoas”, ora por maioria de razão um Vereador eleito por centenas de munícipes, tem direito a consultar esses processos e caso estivesse errado chamou a atenção para o parecer da C.A.D.A. que é constituída por dez ou onze magistrados, que diz que é assim como o senhor munícipe está a dizer. Continuando a sua intervenção o senhor munícipe Eduardo Costa evocando o artigo 61.º conjugado com o artigo 64.º disse que as respostas devem ser dadas em dez dias, tendo ouvido aqui na reunião de câmara um Vereador dizer que há respostas a serem dadas a requerimentos que já se arrastam há um ano. -----

----- De seguida o Sr. Presidente deu a palavra ao senhor munícipe Walter Lagarto, que no uso da palavra disse que tinha vindo a esta reunião especificamente para se dirigir ao Sr. Vereador Pedro Gaspar sobre umas dúvidas que tinham surgido acerca de eventos que se realizaram no mercado municipal, mas como ele não está presente, que o fará noutra ocasião. Aproveitou para agradecer ao Executivo toda a disponibilidade e apoio que tem sido dado à organização dos eventos naquele espaço e para os futuros e agradeceu o facto de falarem no mercado municipal porque há tanto tempo atrás que ninguém falava nele. Agradeceu a visita de todos, que o objetivo dos comerciantes era chamar pessoas para o mercado, que é propriedade da câmara, mas que é um espaço público de utilização pública e que basicamente neste momento nada mais tem a dizer.

----- O Sr. Presidente em resposta ao senhor munícipe Eduardo Costa, disse que registava as sugestões e opiniões do senhor munícipe, em relação à Reserva, que o membros do Executivo também não são especialistas na criação de cavalos e que agradecem ao técnico e às pessoas que lá trabalham por todo o esforço desenvolvido

na melhoria do espaço, que começou por reparação de condutas de água, pela reativação de um furo, pela melhoria das pastagens, pelo embrião de quinta pedagógica, que agora lá se está a desenvolver, pelo espaço da Universidade Canina que lá criou um espaço de treinamento de cães, que é visitado por muitas pessoas. O Sr. Presidente disse que admitia perfeitamente as chamadas de atenção, a discussão política e que é preciso muito cuidado porque há uma fronteira muito ténue e facilmente se passa para uma imagem negativa do concelho. Relativamente às AEC's o Sr. Presidente disse que já há muito que tinha definido a sua posição sobre isso e que não se iria repetir. -----

----- Em resposta ao senhor munícipe Walter Lagarto, o Sr. Presidente disse que sem a candidatura a fundos comunitários a câmara de Alpiarça não tem possibilidade de intervir na totalidade do edifício e que apenas poderá ir fazendo o que tem vindo a fazer que é a manutenção do edifício, com obras pontuais de melhoramento. Caso se venha a verificar uma parceria com alguém no sentido de melhorar o espaço, também se poderá fazer, não esquecendo que o edifício é património municipal. -----

----- O Sr. Vereador Carlos Pereira explicou que o acompanhamento dos cavalos da Reserva é feito por veterinário avençado e não pelo veterinário municipal, que não é especialista na matéria. -----

#### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezoito horas e cinquenta e três minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata das deliberações, se lavrou a presente ata, em minuta, que foi aprovada por unanimidade, com a ausência do Sr. Vereador Pedro Gaspar. -----

----- E eu, Maria do Céu Augusto, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----